BRASIL CONTEMPORÂNEO

Artigo convidado. Editor Associado: Marco Antonio Carvalho Teixeira
Versão original | DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v31.n1.93705

QUEM GANHARIA – E QUEM PERDERIA – COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE NO BRASIL? UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA ALTERNATIVA

Who would win – and who would lose – from inequality reduction in Brazil? An alternative history exercise

¿Quién ganaría –y quién perdería– con una reducción de la desigualdad en Brasil? Un ejercicio de historia alternativa

Bruno Lazzarotti Diniz Costa*[1] | bruno.diniz@fjp.mg.gov.br | ORCID: 0000-0001-5972-4175
Lucas Augusto de Lima Brandão[2] | lucasbrandao070@gmail.com | 0000-0002-1365-2863
Clarice Miranda do Amaral[1] | clariceamaral10@gmail.com | ORCID: 0009-0009-3596-0443

*Autor correspondente
[1]Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, Brasil
[2]Secretaria de Estado de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O presente artigo analisou cenários alternativos para o enfrentamento da desigualdade de renda no Brasil, investigando quem ganharia ou perderia com diferentes formas de redistribuição. A partir de exercícios contrafactuais, foi simulada a manutenção da Renda Domiciliar Per Capita (RDPC) média atual do País, ajustando-se sua distribuição à observada em diversos países. Com isso, foram avaliados os impactos sobre a mediana da renda, a pobreza e a extrema pobreza, considerando também efeitos interseccionais sobre grupos sociais recortados por gênero e raça. Além disso, discutiram-se as limitações de medidas sintéticas como o índice de Gini, que, embora estimem a magnitude da desigualdade, pouco revelam sobre o perfil específico da distribuição de renda. Logo, foi possível identificar os impactos da redistribuição de renda no País, mostrando que a aproximação do Brasil a padrões internacionais mais equitativos pode promover avanços importantes no combate à pobreza e à pobreza extrema.

Palavras-chave: desigualdade de renda, redistribuição, exercício contrafactual, pobreza, interseccionalidade.

ABSTRACT

This article analyzes alternative scenarios for addressing income inequality in Brazil, investigating who would gain or lose under different redistribution models. Using counterfactual exercises, it simulated the maintenance of the current per capita household income while adjusting its distribution to mirror that of various countries. The analysis evaluated the impacts on median income, poverty, and extreme poverty, also considering intersectional effects on social groups defined by gender and race. Additionally, it discussed the limitations of synthetic measures such as the Gini index, which, while estimating the magnitude of inequality, reveal little about the specific structure of income distribution. The results show that understanding redistributive impacts through such simulations allows us to see how approximating Brazil's income

distribution with more equitable international standards could lead to significant reductions in poverty and extreme poverty.
Keywords: income inequality, redistribution, poverty, counterfactual exercises, intersectionality.

RESUMEN
El presente artículo analizó escenarios alternativos para enfrentar la desigualdad de ingresos en Brasil, investigando quién ganaría o perdería con diferentes formas de redistribución. A partir de ejercicios contrafactuales, se simuló el mantenimiento del Ingreso Familiar Per Cápita promedio actual del país, ajustando su distribución a la observada en distintos países. Con ello, se evaluaron los impactos sobre la mediana de ingresos, la pobreza y la pobreza extrema, considerando también efectos interseccionales sobre grupos sociales según género y raza. Además, se discutieron las limitaciones de medidas sintéticas como el índice de Gini, que si bien estiman la magnitud de la desigualdad, revelan poco sobre el perfil específico de la distribución del ingreso. Así, fue posible identificar los impactos de la redistribución de ingresos en el país, mostrando que acercar a Brasil a patrones internacionales más equitativos puede promover avances importantes en la lucha contra la pobreza y la pobreza extrema.
Palabras clave: desigualdad de ingresos, redistribución, ejercicios contrafactuales, pobreza, interseccionalidad.

INTRODUÇÃO

Na literatura, história alternativa é um subgênero da ficção científica (ou especulativa) em que a narrativa se desenvolve em um mundo semelhante ao atual, mas apresenta uma divergência em relação a algum evento crítico, e o enredo narra as consequências desse desenlace para a sociedade e seus personagens. Ou seja, o que teria acontecido se a história tivesse transcorrido de maneira diferente? Se um evento específico tivesse outro desenlace? Por exemplo, Philip Dick, em seu belíssimo *O homem do castelo alto*, se pergunta como seriam os EUA em um mundo em que o Eixo tivesse vencido a Segunda Guerra e controlasse o país. Na análise social e na avaliação de políticas públicas, também recorremos à história alternativa, que recebe o nome de "exercícios contrafactuais", em que, a partir de uma análise rigorosa de evidências empíricas, simulamos uma situação em que quase todas as condições de vida ou econômicas de um país ou grupo social permanecem as mesmas, mas uma variável fundamental se altera. É o que vamos fazer aqui para entender melhor nossa desigualdade econômica e as consequências de diferentes cenários para sua redução.

Quem ganha o quê, por quê, e que diferença isso faz? Estas seriam as questões cruciais para a análise de políticas públicas, segundo Lasswell (2018), pioneiro do campo. Muita água já passou embaixo dessa ponte desde então, outras abordagens e temas fundamentais enriqueceram a agenda do campo, mas estas seguem sendo perguntas fundamentais para entender, entre tantas outras coisas, as intrincadas relações entre a distribuição de poder, as políticas públicas e as desigualdades sociais.

Desse ponto de vista, pode parecer trivial fazer esse tipo de questionamento para o debate sobre enfrentamento às desigualdades de renda e à pobreza. Afinal, se se trata de reduzir a concentração

de renda, a princípio, os estratos superiores cederiam renda (ou participação na renda) e os estratos inferiores ganhariam renda; resposta dada e óbvia. Mas, como sempre acontece quando lidamos com fenômenos tão estruturais e complexos, quase nunca as questões são tão triviais e tampouco são tão óbvias as respostas.

Neste caso, em primeiro lugar, um mesmo índice de Gini, por exemplo, pode representar perfis distributivos muito diferentes. Segundo, a rigor, qualquer redistribuição que transferisse renda (ou participação na renda) de um indivíduo (ou um conjunto de indivíduos) para qualquer outro situado em qualquer ponto abaixo dele na distribuição da renda, estaria reduzindo a desigualdade. Assim, transferir renda do bilionário para alguém que recebe mais de 50 mil reais por mês pode ser uma forma de reduzir a concentração, bem como transferir renda da professora de educação básica para o catador de material reciclável, mas seriam estas as mudanças mais desejáveis em termos de justiça social e equidade?

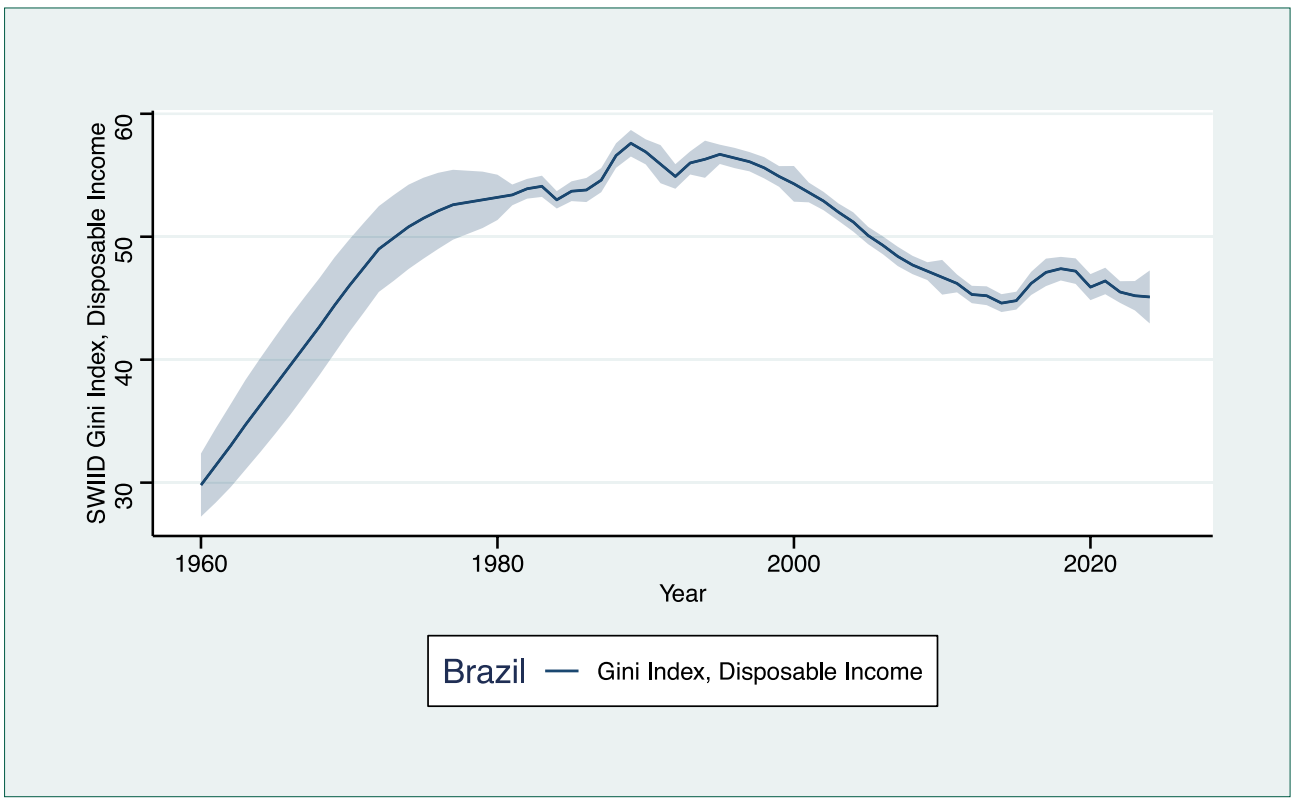
Ou seja, de forma mais específica, quem ganharia quanto – e quem perderia quanto – com distintos tipos de redistribuição? Como eles impactariam a pobreza e distintos grupos na sociedade? Como avaliar se uma proposta de redistribuição é factível no caso brasileiro? Estes são alguns dos temas que trataremos nesta nota técnica, a partir de um conjunto de exercícios contrafactuais: supondo a mesma Renda Domiciliar *Per Capita* (RDPC) brasileira média atual, mas ajustando sua distribuição entre os decis de renda àquela de distintos países, o que aconteceria com a mediana da renda? E com a pobreza e extrema pobreza? Como a renda de distintos grupos de gênero, raça e as crianças seriam afetadas? Quem perderia quanto de renda em cada caso? Em outras palavras, quem mais tem a ganhar – ou a perder – com o enfrentamento à desigualdade?

POBREZA, DESIGUALDADE E REDISTRIBUIÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

No início deste século, em 2001, Barros et al. (2001) publicaram um importante trabalho, com grande e merecido impacto, em que propunham – e demonstravam – um conjunto de teses sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil de então. Em termos gerais, o argumento era o de que, primeiro, a alta incidência de pobreza no Brasil de então se devia não à escassez de recursos, mas à sua distribuição muito desigual. Segundo, que a desigualdade de renda no Brasil era notável pela sua magnitude, mas também pela sua estabilidade em patamares tão altos, apesar das intensas transformações sociais, demográficas, econômicas e políticas da segunda metade do século passado. Terceiro, apostar somente no crescimento econômico seria uma estratégia ineficiente para a redução da pobreza: em condições de alta concentração no topo da distribuição, como era (ainda é) o caso do Brasil, uma proporção muito elevada do crescimento da renda seria apropriada pelos percentis superiores, fazendo com que fossem necessárias taxas muito elevadas de crescimento para conseguir uma redução modesta da pobreza. Nesses casos, a redistribuição seria uma estratégia nitidamente mais eficiente de enfrentamento à pobreza.

De lá para cá, o Brasil passou por várias mudanças em relação à pobreza (especialmente à pobreza extrema) e à desigualdade, as quais, inclusive, deram razão às teses centrais do artigo. Pela primeira vez, ao menos desde os anos 60, a desigualdade da Renda Domiciliar Per Capita, medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE (Censo, PNAD e PNAD-C), experimentou um período relativamente longo e intenso de redução, como mostra a Figura 1.

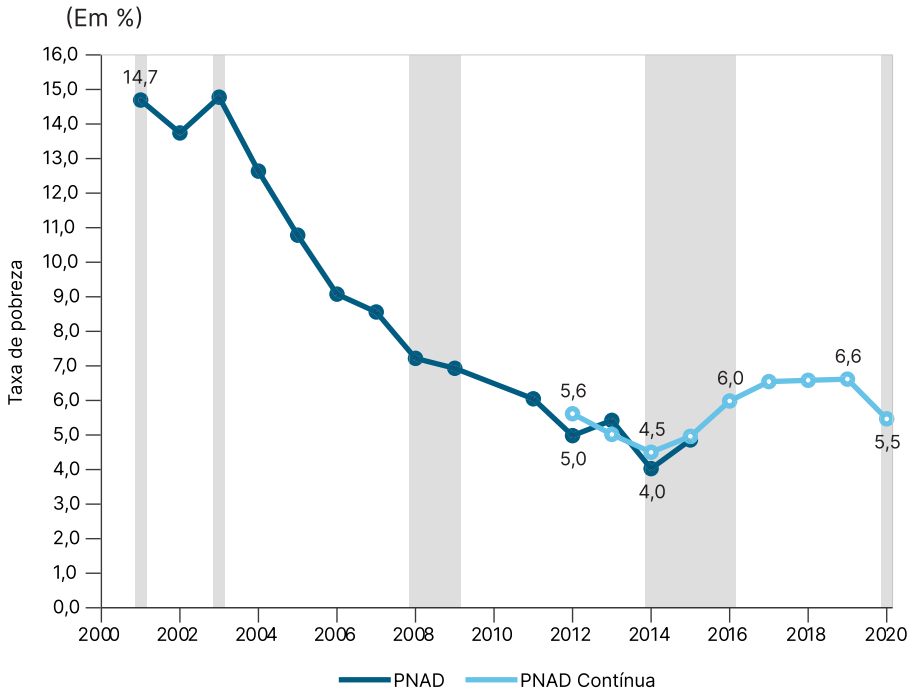
Figura 1 – Redução da desigualdade no Brasil (1960-2020)



Nota: As linhas contínuas indicam as estimativas médias; as áreas sombreadas indicam os respectivos intervalos de incerteza de 95%. Banco de Dados Padronizado de Desigualdade de Renda Mundial v9.91 (Solt 2020).

De outro lado, no mesmo período, houve uma redução intensa da pobreza monetária, qualquer que seja a linha de corte absoluta utilizada, conforme a Figura 2 exemplifica. A observação conjunta das duas figuras indica desde o início a coincidência do período em que se notam os dois processos simultâneos – redução da pobreza e da desigualdade, ambas medidas a partir da RDPC obtida em pesquisas domiciliares.

Figura 2 – Taxa de pobreza por pessoa no Brasil (2001-2020)

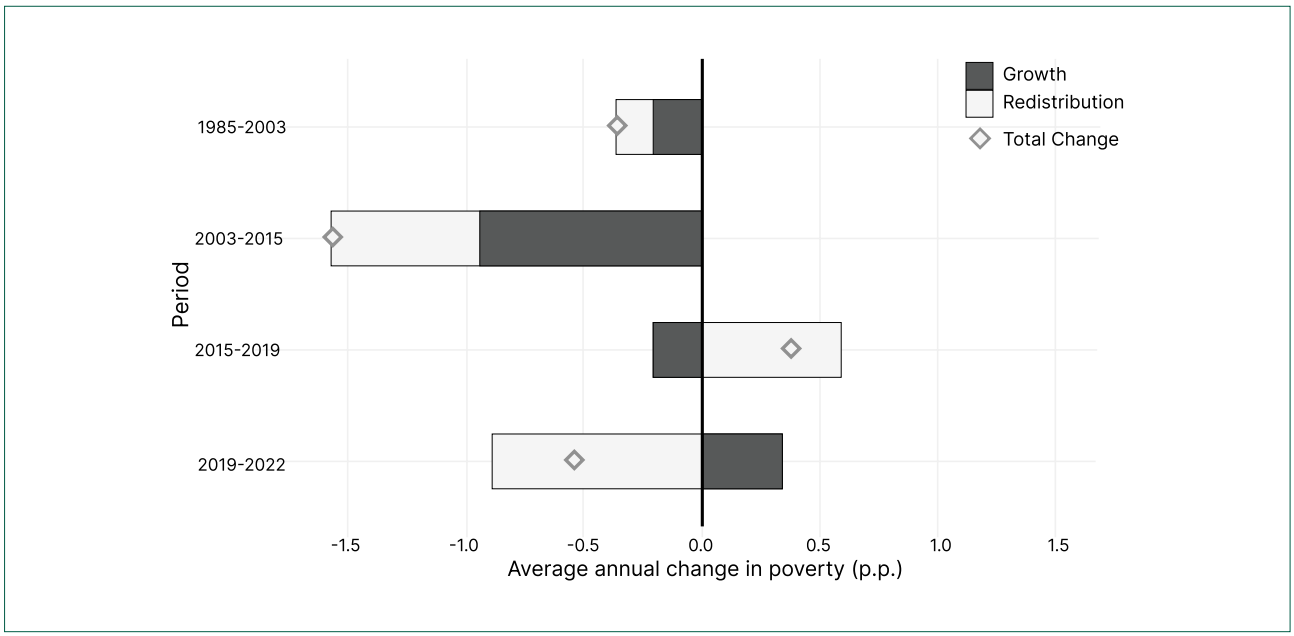


Nota: Adaptado de Souza (2022). Elaborado utilizando microdados anuais do PNAD (2001–2015) e do PNAD Contínua (PNADc) (2012–2020).
Observações:
1. Até 2003, os dados da PNAD excluem os domicílios rurais da região Norte, exceto Tocantins.
2. Rendimentos deflacionados para dezembro de 2020 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sem aplicação de deflatores regionais. A linha de pobreza de PPC$ 1,90/dia por pessoa equivale a R$ 157,00 mensais por pessoa.
3. As áreas sombreadas indicam anos com recessão técnica.

De fato, análise recente de Souza (2025) mostra que, no período mais longo e intenso de redução da pobreza (de 2003 a 2015), cerca de um terço dessa redução deve-se à redistribuição da renda e o restante, ao seu crescimento mais geral, como expresso na Figura 3. Nesse ponto, vale qualificar o argumento de que crescimento e redistribuição são estratégias alternativas de enfrentamento à pobreza. Em um sentido estrito e em relação à "mecânica" dos processos, de fato o são. Quando, porém, se considera a economia política da decisão e implementação de políticas públicas em sociedades marcadas por intensas desigualdades de poder, de vocalização e de representação de interesses, a viabilidade desses processos tende a estar mais imbricada do que parece à primeira vista. A própria experiência brasileira do chamado "milagre econômico" demonstra que o crescimento econômico não leva à redistribuição, podendo estar inclusive associado a maior concentração de renda. No entanto, se existe a intenção de promover redistribuição, fazê-lo em situações de crescimento global da renda é bem mais viável politicamente. Isto porque, nesse caso, pode-se criar uma situação de soma positiva, ou seja, todos

ganham e os mais pobres ganham mais. Distribuir ganhos de maneira progressiva é mais viável do que uma situação em que seja necessário impor perdas, o que criaria um jogo de soma zero ou de soma negativa, em que é muito mais difícil obter cooperação. Isso é especialmente válido quando esses custos incidem sobre setores que dispõem de recursos significativos de poder.

Figura 3 – Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil (2003-2022)

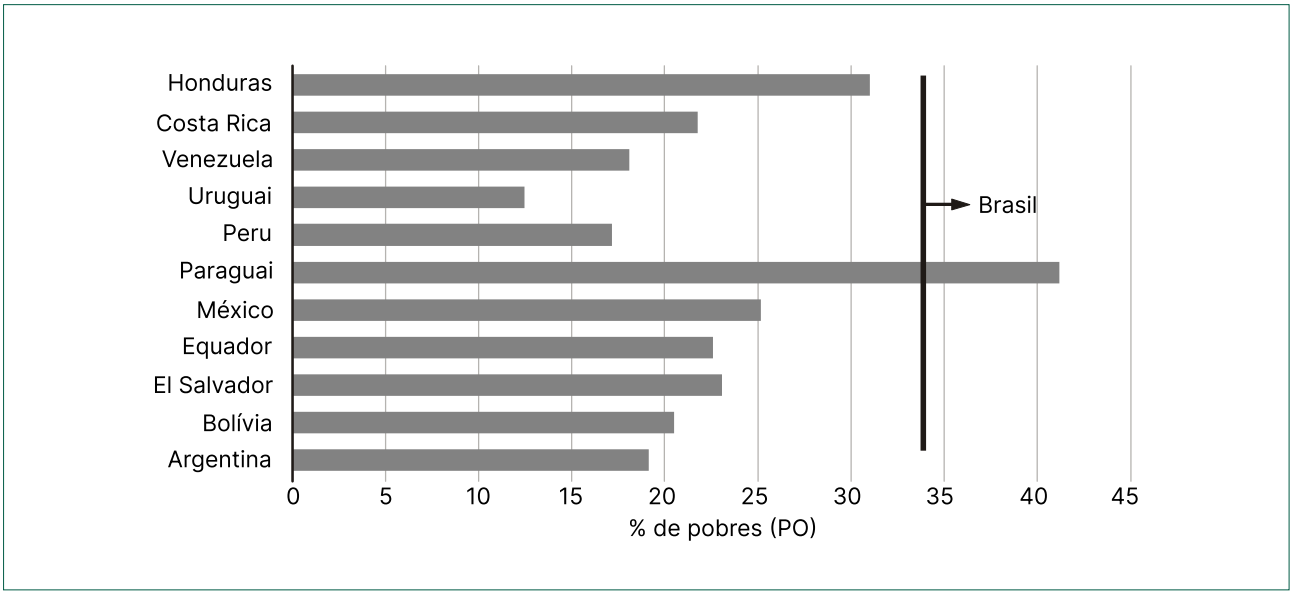


Observação: Esta figura é a decomposição de Datt-Ravallion da variação na taxa de pobreza de US$ 3,65/dia por período – Brasil, 1985-2003, 2023-2015, 2015-2019 e 2019-2022. O crescimento mede a variação na pobreza associada a mudanças na renda média; a "redistribuição" é a mudança na pobreza devido a mudanças na desigualdade, mantendo a média constante. Ver Datt e Ravallion (1992). Resíduo eliminado pelo método de Shapley.
Nota: Souza (2025). Elaborado com cálculos usando microdados do PNAD e PNAD Contínua.

A crise que levou ao golpe que destituiu a Presidenta Dilma e sua substituição por uma coalizão antirredistribuição interromperam esse experimento. Os vetores que permitiram essa combinação de crescimento e redistribuição e a consequente redução da pobreza, bem como sua reversão no período de 2016 a 2022, foram amplamente tratados por diversos autores. Logo, o objetivo deste artigo é mais específico: atualizar e explorar um exercício contrafactual realizado por Barros et al. (2001) no texto em questão.

Para demonstrar que estaria já ao alcance do Brasil reduzir de maneira imediata e significativa os altos índices de pobreza monetária então registrados, os autores realizam um exercício contrafactual em que simulam uma situação em que a renda média do País permanecesse a mesma, mas sua distribuição fosse aquela de diferentes países selecionados, para avaliar qual seria o impacto sobre a pobreza apenas com a redistribuição da renda então já disponível do País. A Figura 4, retirada do texto, expressa esses resultados.

Figura 4 – Renda média e desigualdade de Renda



Nota: Barros et al. (2001). Elaborado com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Como a Figura 4 demonstra, na virada do século, a redução da desigualdade para níveis próximos aos países analisados (todos latino-americanos) permitiria, mesmo na ausência de crescimento econômico, uma redução de mais de 20 pontos percentuais na incidência de pobreza no Brasil, caso se tomasse o Uruguai como referência, ou de 9 pontos percentuais, se a referência fosse o México, mais próximo do Brasil em termos populacionais e territoriais.

Em que medida esses impactos continuam válidos? Além da pobreza, quais pontos da distribuição e quais grupos sociais seriam afetados por mudanças no perfil da distribuição de renda no Brasil? Ou, em termos mais diretos e imediatos, quem ganha e quem perde com a desigualdade de renda? Esses são os pontos que o seguinte trabalho explora, a partir de simulação contrafactual, em que a RDPC média do Brasil, de 2023, é mantida e a sua distribuição é alterada segundo o perfil de países selecionados. A seleção dos países para os exercícios – Uruguai, México, Espanha, Estados Unidos e Finlândia –, ainda que um tanto arbitrária, procurou considerar diferentes níveis renda, padrões de distribuição, sistemas de proteção social, alguma diversidade geográfica e, claro, a disponibilidade de dados atualizados e suficientemente desagregados para permitir a análise.

De maneira mais específica, a investigação a seguir tem como objetivo realizar um experimento contrafactual que quantifique os efeitos redistributivos da aplicação da distribuição de renda dos cinco países mencionados no contexto socioeconômico brasileiro. Para isso, um modelo paramétrico é calibrado para que replique as características distributivas desses países, tendo por base o Gini e a distribuição acumulada de renda por decis de cada país. A partir daí, é construído um cenário contrafactual que mantém a renda média brasileira, porém a distribui nos moldes do modelo paramétrico calibrado, ajustando a renda dos indivíduos para respeitar a nova distribuição. A partir

desse novo cenário, são mensurados os impactos da redistribuição em termos de estratos de renda, sexo e raça, e na taxa de pobreza por diferentes dimensões.

METODOLOGIA

Os microdados brasileiros foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) de 2023, primeira visita, utilizando-se especificamente a variável de RDPC (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes, excluindo o rendimento de pensionistas, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico do domicílio) (Variável de código VD5008 na base da PNADc). Para o restante dos países, foram utilizados dados agregados disponíveis mais recentes para cada país na World Bank Poverty and Inequality Platform (PIP), contemplando tanto o coeficiente de Gini quanto a participação acumulada na renda total por decis populacionais. Para Espanha e Finlândia, 2021 era o ano com dados mais recentes, enquanto para México, Estados Unidos e Uruguai o ano com os dados mais recentes foi 2022. A compatibilidade entre as fontes de dados justifica-se pela natureza metodológica similar das pesquisas subjacentes, ambas fundamentadas em levantamentos domiciliares amostrais estatisticamente representativos.

Estrutura teórica do modelo

O fundamento teórico do exercício contrafactual reside na modelagem da distribuição de renda por meio de uma função log-normal, reconhecida na literatura econométrica por sua capacidade de aproximar satisfatoriamente distribuições de renda empíricas, especialmente na porção central da distribuição. Formalmente, a densidade log-normal é expressa por:

$$f(x;\mu,\sigma) = \frac{1}{x\sigma\sqrt{2\pi}}\, e^{-\frac{(lnx-\mu)^2}{2\sigma^2}} \qquad (1)$$

Em que os parâmetros e determinam a forma da distribuição. A partir dessa função também é possível derivar o coeficiente de Gini, a partir da seguinte fórmula:

$$G = 2\Phi\left(\frac{\sigma}{\sqrt{2}}\right) - 1 \qquad (2)$$

Onde Φ representa a função de distribuição acumulada de uma normal padrão.

Estratégia de parametrização e otimização

Para parametrização do modelo, de modo a se adequar ao Gini e Lorenz alvo, foi feito um procedimento de otimização em duas etapas para cada país:

1. Primeiramente foi calculada uma estimativa inicial de , a partir da equação (2) aplicando o Gini de cada país selecionado.
2. Em seguida, utilizando a renda média brasileira e o σ (sigma) inicial acima, é calculado o parâmetro (mu), a partir da Equação (3), em que é a renda média

$$\mu = ln(\underline{r}) - \frac{\sigma^2}{2} \qquad (3)$$

É gerado então um conjunto de 382.937 (tamanho do n amostral da PNADc com renda registrada) rendas teóricas, que segue a distribuição log-normal com os parâmetros μ e σ calculados, sendo computado o Gini da distribuição e a participação acumulada no total da renda de cada decil desse conjunto teórico, aplicando os mesmos pesos observados na PNADc, ordenados pela renda. É calculada então a soma dos erros quadráticos entre a participação acumulada por decil teórico e a participação em cada país e o coeficiente de Gini teórico e do país correspondente. É implementado ainda um algoritmo de otimização que encontrará o valor de σ que minimiza a soma de erros quadráticos. A partir do σ encontrado, calcula-se o μ, obtendo assim a distribuição teórica final. Assim, foram obtidos os valores finais dos parâmetros da distribuição log-normal que melhor aproximam as características distributivas dos países, mantendo a renda média brasileira. Os valores de σ e μ encontrados para cada país após o processo de otimização são mostrados na Tabela 1:

Tabela 1 – Gini considerado e mu(μ) e sigma(σ) encontrados após otimização

PAÍS	GINI	MU (μ)	SIGMA (σ)
Finlândia	27,7	7,3948	0,5022
México	43,5	7,1872	0,8169
Espanha	33,9	7,3291	0,6193
Estados Unidos	41,3	7,2295	0,7634
Uruguai	40,6	7,2340	0,7574

Nota: Elaboração própria com base na PNADc (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma PIP.

Geração do contrafactual via mapeamento de quantis

Para traduzir o modelo parametrizado obtido acima para uma distribuição contrafactual nos dados brasileiros, foi feito um mapeamento de quantis, que preserva a ordenação relativa das observações originais e ajusta seus valores para conformar-se à distribuição-alvo (do modelo parametrizado). Para isso, seguiram-se dois passos:

1. Ordenação das observações da amostra da PNADc pela RDPC e cálculo dos pesos acumulados para cada observação, obtendo assim seu quantil empírico na distribuição original. Nessa etapa foi aplicada uma proteção no último quantil (q = 1), que é computado como $1 - 10^{-7}$ para evitar que a renda ajustada assuma um valor infinito.
2. Aplicação da função quantil da distribuição log-normal calibrada a cada quantil empírico, definida como a Equação (4), em que q é o quantil empírico computado no passo anterior:

$$renda\ ajustada\ (q) = e^{(\mu+\sigma\cdot\Phi^{-1}(q))} \qquad (4)$$

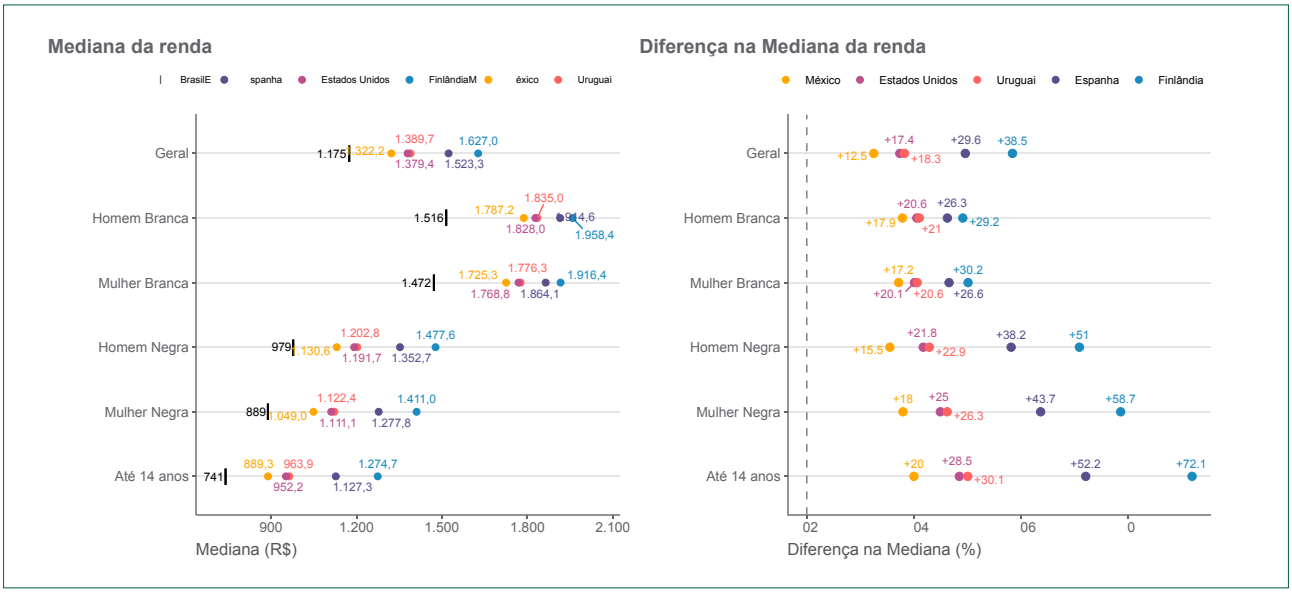
Após o cálculo da renda ajustada, foi computada a diferença entre sua média e a média da renda empírica, obtendo-se um fator de escala final que é aplicado à renda ajustada para que o pressuposto de manter a renda média idêntica na nova distribuição seja seguido.

RESULTADOS

Impacto na RDPC mediana

Uma primeira exploração dos resultados obtidos pelo exercício já permite uma intuição sobre o quanto a renda no Brasil ainda é concentrada no topo da distribuição e sobre como, além da desigualdade vertical, são graves as desigualdades horizontais na distribuição da RDPC. A Figura 5 expressa qual seria a RDPC mediana (ou seja, aquela que se encontra justamente na metade da distribuição) do total da população e de grupos selecionados, se o Brasil apresentasse a mesma RDPC média, mas a distribuição dos países sinalizados no gráfico. Além disso, indica o quanto a RDPC mediana de cada grupo da população brasileira cresceria, segundo cada país que informa o exercício contrafactual.

Figura 5 – Mediana da Renda e Diferença na Mediana da Rena por Sexo e Raça



Nota: Elaboração própria com base na PNADc (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma PIP.

De fato, os gráficos evidenciam, primeiro, como a renda brasileira é concentrada, mesmo em relação a países latino-americanos; segundo, que essa distribuição não é aleatória – negros, mulheres e crianças ocupam, de modo desproporcional, as posições inferiores da distribuição; finalmente, mostram como está ao alcance material do País melhorar substancialmente as condições de vida da maioria da população e, ainda mais, de seus grupos mais vulneráveis. De fato, qualquer que seja o país selecionado como parâmetro, a aplicação de sua distribuição à RDPC média do Brasil aumentaria significativamente nossa renda mediana, entre 12,5% e 38,5%, caso se utilizasse o México ou a Finlândia (o mais igualitário dos países selecionados) como parâmetro.

Mas, como também fica claro na observação dos gráficos, esses efeitos não são homogêneos na população. Em uma perspectiva interseccional, pode-se notar que os homens brancos seriam bem menos beneficiados (apesar de também o serem) por uma redução da desigualdade do que as mulheres negras: considerando os parâmetros adotados, enquanto a RDPC mediana dos homens brancos aumentaria entre 18% e 30%, o aumento para as mulheres negras variaria de 18% a até 59%. Note-se ainda que o grupo que mais se beneficiaria direta e imediatamente de uma redução da desigualdade seriam as crianças e adolescentes, cuja RDPC mediana poderia crescer de 20% a 72%.

Impacto sobre a pobreza e pobreza extrema

Como é bastante previsível, os pobres e os extremamente pobres seriam os mais beneficiados pela redistribuição, seja qual for o país adotado como modelo contrafactual, como mostra a Figura 6. Qual seria, porém, a magnitude da redução da pobreza e extrema pobreza, viável pela via da redistribuição? Quanto à pobreza, atualmente em 27,3%, ela se reduziria em, no mínimo, 7,5% pontos percentuais,

se o modelo fosse o México, e 23,6%, caso a nossa RDPC média permanecesse a mesma, mas nossa distribuição fosse a da Finlândia. Isso significa que poderíamos reduzir o total de pobres no Brasil em, pelo menos, 27% ou até em 87%, apenas pela via de uma redistribuição que nos aproximasse do perfil dos países selecionados.

Figura 6 – Pobreza e pobreza extrema por sexo e raça e diferença nas taxas



Nota: Elaboração própria com base na PNADc (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma PIP.

Mais impressionantes ainda são os resultados do experimento contrafactual sobre a extrema pobreza. Conforme mostram as figuras, diminuições da desigualdade a partir dos perfis distributivos dos países selecionados, mantida a RDPC média atual do Brasil, permitiriam reduzir a extrema pobreza a menos da metade, no pior dos casos (México), ou até mesmo erradicá-la, no melhor cenário (Finlândia).

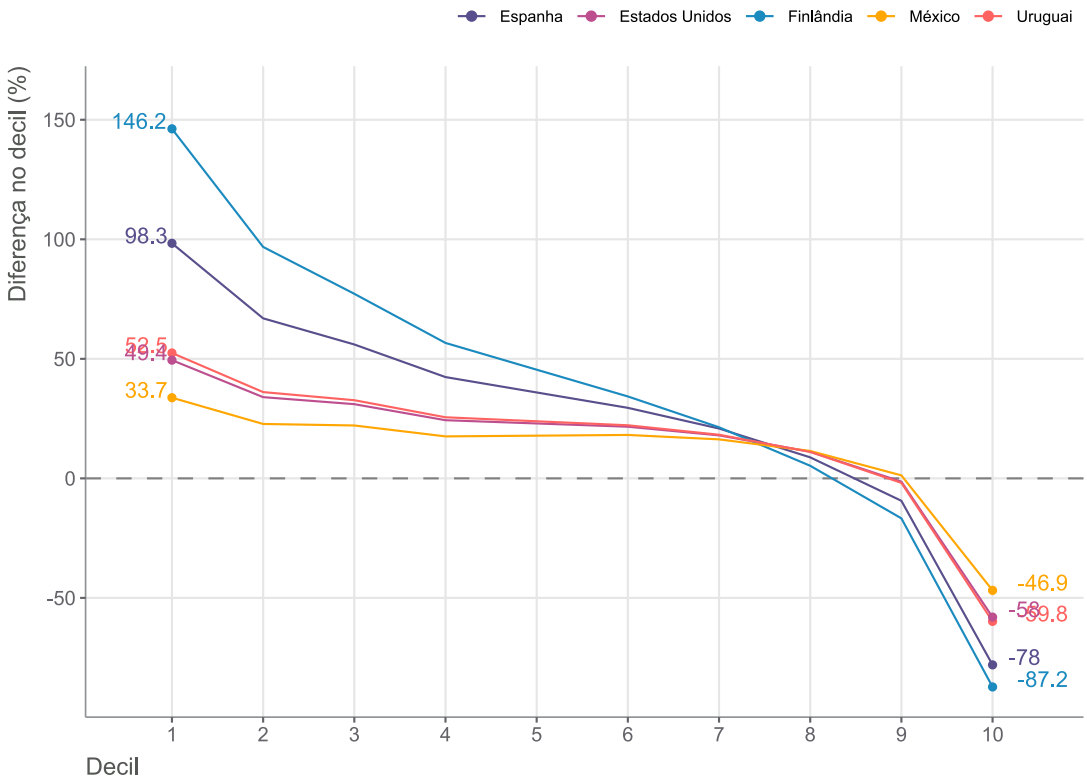
Por outro lado, a Figura 6 também evidencia a necessidade de uma perspectiva interseccional na análise da desigualdade e da pobreza. A observação conjunta da magnitude da desigualdade e da pobreza (a questão "quanta desigualdade?") e de suas dimensões de gênero e raça ("desigualdade entre quem?") mostra que o impacto na redução da pobreza seria maior entre mulheres e negros e, especialmente, entre mulheres negras, além das crianças, ainda insuficientemente protegidas no Brasil, em termos comparativos. Diante disso, vale ressaltar que a RDPC é útil para medir pobreza e desigualdade, mas assume uma distribuição igual de recursos entre os membros do domicílio. Isso pode ocultar desigualdades internas, especialmente de gênero, subestimando a vulnerabilidade econômica de mulheres em contextos de relações desiguais.

Os impactos sobre os diferentes decis da RDPC

Como se afirmou acima, medidas sintéticas como o índice de Gini permitem estimar a magnitude da desigualdade (no caso, de renda), mas dizem pouco sobre o perfil específico de sua distribuição; dito de outra forma, países com Gini semelhante podem apresentar uma distribuição muito distinta da renda ao longo dos diferentes percentis. Que porcentagem da população seria beneficiada pela redistribuição? Em que medida? Quem arcaria com os seus custos, dados os diferentes parâmetros estabelecidos na simulação? As respostas a essas questões são também, em grande medida, apenas uma outra maneira de estimar que proporção específica da população concentra as maiores parcelas de renda e que segmentos são os mais prejudicados pela má distribuição. É a isso que a Figura 7 procura responder contrafactualmente.

Conforme fica claro na figura, em qualquer dos países utilizados como referência, a redistribuição beneficiaria a ampla maioria dos brasileiros: ao menos 80% da população, caso o parâmetro distributivo fosse Finlândia ou Espanha, ou pelo menos 90% dos brasileiros, se a referência fosse México, Uruguai ou Estados Unidos, teriam seus rendimentos muito significativamente aumentados. O destaque é o acréscimo de renda para os 10% mais pobres da população: na simulação de efeito mais modesto, utilizando o México, sua renda aumentaria em um terço (33,7%); em todos os outros contrafactuais, o primeiro decil receberia um acréscimo de renda superior a 50%, chegando a dobrar (98%), quando se adota a Espanha, ou mesmo a aumentar mais de 150%, se a referência for a Finlândia. Não custa ressaltar que esses acréscimos impressionantes não implicam nenhuma condição mirabolante: o exercício supõe que a RDPC permanece a mesma de 2023 e que tampouco a distribuição é algo fantasioso, já que acompanha o padrão realmente existente em diversos países, inclusive da própria América Latina.

Figura 7 – Diferença % nos decis*



Nota: Elaboração própria com base na PNADc (IBGE, 2023) e no Gini Index (World Bank, 2025), disponíveis na plataforma PIP.
* Diferença no 1º decil dos Estados Unidos: 49.4; diferença no 1º decil do Uruguai: 52,5
* Diferença no 10º decil dos Estados Unidos: -58; diferença no 1º decil do Uruguai: -59,8

Na outra ponta da distribuição, ficam claras as notáveis dificuldades em termos de correlação de forças de um eventual esforço redistributivo mais decidido, nas condições colocadas pelo exercício contrafactual. Qualquer que seja o país adotado como baliza, a redistribuição decorrente da simulação implica que o decil de maior renda perderia ao menos 47% de seus rendimentos, na hipótese mexicana, até 87%, se o parâmetro distributivo for o finlandês. De um lado, se se avalia a situação a partir do modelo de Wilson, teríamos um caso de custos muito concentrados – e concentrados nos grupos com muito maiores recursos de poder e, portanto, de capacidade de veto – e benefícios difusos, o que coloca dificuldades para a formação de uma coalizão de apoio, como apontado por Costa et al. (2020). Essa situação realça também um ponto tratado mais acima: ainda que o crescimento econômico não produza necessariamente redistribuição, políticas redistributivas tornam-se mais viáveis em contextos de crescimento global da renda, que, ao permitir a distribuição

progressiva de ganhos, evita uma situação de soma zero, que exija impor perdas para setores com grande poder de veto.

Entretanto, a simulação evidencia também uma característica peculiar da desigualdade brasileira: o que a distingue é, por assim dizer, "o excesso de riqueza dos muito ricos", ou seja, a principal anomalia na nossa distribuição está na proporção da renda concentrada no topo, tema que tem sido reiteradamente ressaltado na literatura, notadamente por Medeiros (2023). Em termos relativos, os muito ricos do Brasil são ao menos duas vezes mais ricos do que seus pares mexicanos, uruguaios, norte-americanos e espanhóis, para não mencionar a distância abissal dos finlandeses.

CONCLUSÃO

Um ponto hoje bastante consensual em diversos campos de pesquisa é o de que, independentemente de considerações do ponto de vista de justiça social, enfrentar a persistência de níveis muito elevados de desigualdade beneficia toda a sociedade, em um arco amplo de domínios que vão desde a confiança interpessoal, passando pela corrupção, pelas condições de saúde e educação, violência e encarceramento até o crescimento econômico sustentável. Ou seja, em princípio, seria racional para todos apoiar políticas redistributivas.

Entretanto, historicamente, o comportamento das elites econômicas e sociais no Brasil – e, como temos visto mais recentemente, em outras partes do mundo – é marcado por um tipo de racionalidade muito míope, pouco capaz – e pouco disposta a considerar o longo prazo ou valores que ultrapassem seus ganhos imediatos e a preservação de suas posições. Isso tem sido reiterado, seja no constante questionamento em relação às políticas de proteção social e distribuição mais elementares, seja na fragilidade de seu compromisso democrático.

Quando se coloca a desigualdade brasileira em perspectiva comparada, fica claro o quanto ela é socialmente disfuncional: qualquer dos cenários contrafactuais considerados – que não têm nada de utópico, são baseados na distribuição de países reais, de diferentes perfis – produziria impactos muito positivos sobre a imensa maioria da população e, especialmente, para os grupos hoje mais vulneráveis de gênero, raça e idade. E mais: a redistribuição em qualquer das simulações permitiria reduzir significativamente a pobreza e, no caso da extrema pobreza, no pior dos casos, reduzi-la pela metade e, na melhor hipótese, eliminá-la.

Ao mesmo tempo, o exercício evidencia o caráter extraordinário – o termo menos elegante, mas talvez mais preciso, seria predatório – da apropriação da renda no topo da distribuição. Considerando que alta desigualdade econômica quase sempre se traduz em desigualdade política, fica claro também que a luta por justiça social no Brasil será longa e envolverá grande capacidade de mobilização, construção de coalizões distributivas, disposição para negociação e compromisso e muito, muito conflito e luta social e política.

REFERÊNCIAS

Barros, R. P. de, Henriques, R., & Mendonça, R. (2001). *A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil* [Texto para Discussão n. 800]. IPEA.

Costa, B. L. D., Bronzo, C., Assis, M. A. de, & Silva, M. A. F. (2020). Nem acaso nem destino: As engrenagens das desigualdades e elementos para desmontá-las. In B. L. D. Costa & M. A. F. Silva (Orgs.), *Desigualdade para inconformados: Dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil* (Vol. 1, pp. 155-196). Editora da UFRGS.

Hasell, J., & Arriagada, P. (2023). *OWID data collection: Inequality and poverty.* Our World in Data. https://ourworldindata.org/owid-data-collection-inequality-and-poverty e https://ourworldindata.org/explorers/incomes-across-distribution-wb?tab=table&Indicator=Decile+shares&Decile=All+deciles&Household+survey+data+type=Income+surveys+only

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Microdados*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados

Medeiros, M. (2023). *Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade*. Companhia das Letras.

Solt, F. (2020). Measuring income inequality across countries and over time: The Standardized World Income Inequality Database. *Social Science Quarterly*, *101*(3), 1183-1199.

Souza, P. H. F. de. (2025). Income inequality and poverty in Brazil since re-democratization. In N. Sátyro (Ed.), *Social policies in times of austerity and populism: Lessons from Brazil.* Routledge.

Souza, P. H. G. F. de. (2022). *A evolução da pobreza monetária no Brasil no século XXI* [Nota de Política Social n. 2 – Políticas Sociais: acompanhamento e análise]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

World Bank. (2025). *Poverty and inequality platform* (version 20240627_2017_01_02_PROD) [data set]. https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio que tornou possível a realização deste trabalho. Sendo ele essencial para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, permitindo a execução das etapas do estudo com qualidade e rigor científico.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi disponibilizado no SciELO Data e pode ser acessado em https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.VLVBCH

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Bruno Lazzarotti Diniz Costa: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Lucas Augusto de Lima Brandão: Curadoria de dados; Análise formal; Metodologia; Programas; Visualização.

Clarice Miranda do Amaral: Conceitualização; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.